

# INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS EM COMUNIDADES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Nadir Lara Junior e Cynara Teixeira Ribeiro

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil*

**RESUMO:** Este artigo propõe uma reflexão de cunho teórico-metodológico sobre as formas de intervenção psicossocial em comunidades e as contribuições que a psicanálise freudo-lacanianiana pode oferecer a esse campo. Para tanto, nosso ponto de partida será, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema na psicologia social comunitária, a nossa experiência profissional e acadêmica. Nosso objetivo é fundamentar uma proposta praxiológica de intervenção com comunidades e para isso utilizaremos alguns conceitos e ideias relevantes pautadas na psicanálise que nos possibilitam refletir sobre a prática interventiva dos psicólogos e também de outros profissionais que atuam na área social. Neste texto dialogamos com autores como Jacques Lacan, Slavoj Zizek e Chantal Mouffe.

**PALAVRAS-CHAVE:** sujeito; Demanda x desejo; terceira via; identidade coletiva; psicologia social comunitária.

## PSYCHOSOCIAL INTERVENTIONS IN COMMUNITIES: PSYCHOANALYSES CONTRIBUTIONS

**ABSTRACT:** This article proposes a theoretical-methodological reflection on the forms of psychosocial intervention in communities and the contributions that **Freud-Lacanian** psychoanalyses can offer to this field. Therefore we will have a bibliographic revision on the topic according to the Community Social Psychology and our professional and academic experience. However our objective is to found a praxiological proposal of intervention in communities and, to do so, we will use some concepts and relevant ideas based in Psychoanalyses, which enable the reflection on the intervention practices of the psychologist, and also of other professionals who work in the social area. In this text, we dialogue with authors like: Jacques Lacan, Slavoj Zizek e Chantal Mouffe.

**KEYWORDS:** subject; Demands x desire; third via; collective identity; community social psychology.

## Introdução

Esta reflexão que apresentaremos a seguir é fruto do trabalho realizado por nós em comunidades e da participação em palestras, mini-cursos e cursos que realizamos em congressos e outras instituições, em especial no Núcleo de Psicanálise e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesses ambientes, interagimos com moradores de comunidades e também com alunos de graduação e pós-graduação, além de profissionais de várias áreas do conhecimento que realizam projetos na área social e comunitária.

Foi a partir desses contatos que percebemos tanto a necessidade das várias comunidades em se relacionar com profissionais mais aptos à escuta de suas reivindicações quanto a busca de alunos de graduação e pós-graduação, psicólogos e outros profissionais por um referencial teórico-metodológico que propicie uma atuação mais profissional e ética nos contextos social e comunitário.

Tendo em vista tal percepção, realizamos um cuidadoso levantamento bibliográfico acerca dessa temática, a partir do qual constatamos que alguns autores da psi-

ciologia comunitária reconhecem que justamente um dos aspectos fundamentais que devem caracterizar a ação do psicólogo social é dispor de uma formação teórico-metodológica que o possibilite escutar os saberes e construtos sociais existentes no cotidiano das comunidades (Freitas, 1994; Montero, 2004). Isso porque somente através de tal formação teórico-metodológica é que o profissional poderá realizar seu trabalho, seja valorizando, questionando e/ou potencializando tais construtos.

Porém, um problema encontrado é que, muitas vezes, alguns profissionais que chegam às comunidades levam seus valores para julgar o *modus vivendi* da mesma, o que gera preconceitos e críticas que impedem uma maior compreensão daquele determinado grupo social. Logicamente, essa afirmação não quer dizer que o psicólogo não pode questionar o grupo – muito pelo contrário, essa é uma das suas principais funções. Mas, para fazer isso, se faz mister conhecer os construtos existentes no mesmo (sem impor-lhe valores de outras classes sociais, grupos, etnias, religiões etc.), além de dispor de um referencial teórico-metodológico solidamente constituído que possa orientar a sua compreensão da realidade e, a partir dela, as suas possibilidades de ação.

Outro problema que se pode constatar no âmbito das intervenções psicossociais em comunidades é que grande parte dos trabalhos lá realizados, ao longo do tempo, acaba priorizando o aspecto acadêmico. Ou seja, as metodologias desenvolvidas priorizam o estudo no interior das universidades<sup>1</sup> e, sendo assim, muitas vezes carecem de aplicabilidade no campo das realidades sociais. A nosso ver, tal fato, já constatado por diversos autores (Achcar et al., 2001; Álvaro & Garrido, 2003; Figueiredo, 1998; Rodríguez, 1997), comprova a dissociação existente entre teoria e prática no campo das chamadas ciências humanas e, em especial, na psicologia.

É claro que tal afirmação pode gerar muita polêmica, porém partimos tanto do relato desses três grupos com que temos contato (comunidade, alunos e profissionais) como de boa parte da bibliografia existente sobre o tema para prosseguirmos nossa argumentação, diferenciando didaticamente os “profissionais psicólogos sociais” dos “psicólogos sociais acadêmicos”<sup>2</sup>.

Os primeiros, “profissionais psicólogos sociais”, pelo fato de terem seus objetivos voltados para a ação direta dentro das comunidades ou instituições, priorizam a intervenção, relegando, muitas vezes, a necessidade de um suporte teórico-metodológico para referenciar sua prática, caindo assim, muitas vezes, em uma espécie de “ativismo irreflexivo” que gera conformismo com a realidade, ceticismo, desânimo e assim por diante. Um dos fatos que podem gerar esse “ativismo” é a falta de pesquisas e subsídios suficientes que orientem uma ação mais crítica e reflexiva por parte desses profissionais, assim como a má formação oferecida na maioria dos cursos de graduação, os quais, muitas vezes, apresentam conteúdos deslocados da prática e “técnicas milagrosas” que substituem a reflexão crítica.

Por sua vez, os “psicólogos sociais acadêmicos” têm seus objetivos, no mais das vezes, voltados para o estudo, pesquisa e docência. Assim, quase toda investida no social atende a uma dessas finalidades. Porém o que percebemos é que tais estudos e pesquisas não estão sendo suficientes para subsidiar a atuação dos “profissionais” que vão intervir no campo social. A consequência disso é que a lacuna existente entre teoria e prática não propicia que os projetos de intervenção sejam realmente orientadores de uma forma de agir diferenciada nem por parte dos profissionais nem, conseqüentemente, por parte da comunidade.

Vale destacar que esses dois tipos de atuação do psicólogo devem ser interdependentes: ou seja, o profissional não pode ficar somente com a prática sem um referencial teórico-metodológico, muitas vezes fornecido pelos acadêmicos, os quais, por sua vez, não podem ficar enclausurados nas Universidades e Centros

de Pesquisa sem um contato direto com a realidade das comunidades e das práticas dos profissionais. É de suma importância frisar que tal dissociação entre teoria e prática mantém o *status quo* vigente e, sendo assim, está a serviço da ideologia neoliberal que acirra, dentre outras, as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Por todos esses problemas existentes no interior da psicologia social comunitária, percebemos a necessidade de pensar outras possibilidades de “intervenção psicossocial”. É com esse objetivo que nós propomos um referencial teórico-metodológico que, utilizando-se das contribuições fornecidas pelo psicanalista Jacques Lacan e pelos pensadores Slavoj Žižek e Chantal Mouffe, auxilie na elaboração de práticas interventivas que sejam, por um lado, possibilitadoras de uma atuação mais comprometida dos profissionais – uma atuação que escape à lógica da vitimização versus opressão, que constitui uma forma ideológica de manutenção das desigualdades sociais – e que, por outro lado, não estejam desvinculadas da atividade de pesquisa.

É nesse âmbito que pensamos que a psicanálise tem grandes e inéditas contribuições a oferecer: pois, além de não conceber a teoria como estando dissociada de sua prática cotidiana, ao alertar-nos que escutar a demanda é diferente de satisfazê-la prontamente, esse campo do saber nos faz romper com a ótica assistencialista que orienta a ação de alguns profissionais que atuam no campo do social e que priorizam o aspecto material (das necessidades) em detrimento das urgências subjetivas e sociais das comunidades<sup>3</sup> – o que, em última instância, é uma forma ideológica de manutenção das desigualdades sociais.

Nesse sentido, entendemos que o referencial psicanalítico, além da escuta qualificada da comunidade, auxilia o profissional a não assumir na prática interventiva o lugar do Discurso do Mestre (tal como sistematizado por Jacques Lacan, em 1969-1970/1992), ou seja, a figura do messias, salvador bondoso, ou mesmo do tirano. Isto implica, por um lado, não se colocar como aquele que tem para dar (posição por excelência do assistencialismo) e, por outro, não se apresentar como o detentor do saber que irá ensinar ao povo, supostamente “inculto” ou “ignorante”, este mesmo saber.

No caso do trabalho com comunidades, se o profissional tentar encarnar o Discurso do Mestre, irá impedir o desencadeamento de um processo no qual a própria comunidade se sinta implicada a buscar o que deseja, conformando-se em apenas solicitar que o profissional o faça (em consonância com o Discurso da Histórica, proposto por Lacan como a resposta discursiva por excelência ao Discurso do Mestre), o que certamente terá efeitos alienantes sobre a própria comunidade.

## As diferenças entre Demanda e desejo<sup>4</sup> e suas implicações na prática interventiva

Pautados tanto nas contribuições da psicologia social comunitária como da própria psicanálise, partimos da premissa de que é fundamental ao profissional conhecer a comunidade antes de começar a agir. Pois cabe a ele ouvir, acolher e problematizar as demandas da comunidade para que possa dar início a sua intervenção, levando em consideração a história de vida das pessoas, subjetividades, conhecimentos acumulados e, principalmente, a implicação do grupo naquilo que está solicitando ao profissional.

Do ponto de vista da psicanálise, este último item é de suma importância, pois é fundamental que o profissional consiga distinguir entre aquilo que a comunidade está solicitando diretamente daquilo que, de fato, constitui o desejo que a move. Caso contrário, o profissional poderá cair no engodo de tentar realizar todas as solicitações da comunidade, mas isso não a deixará satisfeita, de modo que ela pode até, sem se dar conta, tentar burlar a ação desse mesmo profissional.

Para explicarmos melhor essa ideia, iremos recorrer a dois conceitos psicanalíticos; são eles: demanda e desejo. Por demanda se entende o pedido, o

apelo que o sujeito faz em busca de um complemento que é o objeto que pode satisfazê-lo.... Na demanda há sempre um pedido de restituição do *status quo ante*, de um estado anterior de complementação que o sujeito supõe existir ou ter existido (Quinet, 2000, p. 88).

Por sua vez, o desejo é a busca de algo que nunca existiu, de algo que é perdido desde sempre e que, por isso mesmo, em última instância, não pode ser encontrado, substancializado, sendo justamente esse impossível que faz o sujeito estar em movimento constante.

Podemos associar a demanda ao que é da ordem do enunciado e o desejo ao que é da ordem da enunciação<sup>5</sup>, da verdade do sujeito como causa. Enquanto o enunciado é tão-somente aquilo que o sujeito, de fato, fala, a enunciação é um dizer que está para além da sua fala, que a extrapola, mas está implícito nela, algo no qual o sujeito está implicado, mesmo sem saber direito do que se trata (Bernardes, 2003). Desse modo, o desejo pode ser apreendido na fala, mas, para tanto, é necessário que aquele para quem se enderece o falante tenha uma escuta atenta e desgarrada do puro sentido das palavras. Em suma, é preciso que a visada seja ao sujeito, mesmo que este se apresente em uma coletividade.

O uso do termo sujeito aqui remete a um conceito psicanalítico de fundamental importância e que se diferencia radicalmente tanto da noção de indivíduo como da noção de sujeito moderno<sup>6</sup>. Pois, por “sujeito”, em psicanálise, especialmente a partir da releitura efetuada

por Lacan da obra Freudiana, se entende aquele marcado por uma divisão fundamental (em consciente e inconsciente) a partir da qual seu dito não coincide com o seu dizer. É por esse motivo que o sujeito não se manifesta na coerência do seu discurso, mas apenas na quebra dessa mesma coerência: nos sintomas, chistes, sonhos, atos falhos – ou seja, o sujeito se manifesta através do que aparentemente não tem sentido.

E, por mais que esteja no interior de uma coletividade, há algo do sujeito que é inteiramente irreduzível àquela e o qual pode, inclusive, burlar a ação da mesma – daí a importância de a visada ser ao sujeito. Para explicitar melhor essa diferença e a importância da mesma para as intervenções em comunidades, iremos nos utilizar, ao longo deste texto, de alguns exemplos práticos.

Em um dos muitos trabalhos que realizamos na periferia da capital paulista, encontramos alguns técnicos do governo que trabalham com pessoas que moram em barracos, geralmente áreas consideradas de risco pela Defesa Civil, e que são atendidas por um projeto de moradia do governo. O que muitos técnicos nos contam e nos mostram em algumas visitas são moradores que receberam a casa “doada” pelo governo e a venderam, alugaram e/ou devolveram. Em detrimento disso, a pergunta que os técnicos nos faziam era: “essas pessoas estavam em área de risco, pediram casa e nós demos casa. Agora restam poucos daqueles morando nessas casas. Como explicar isso?”.

Alguns dos técnicos arriscaram alguns palpites, os quais, em geral, reproduziam a ideologia dominante: “vejam como pobre realmente é mal agradecido” ou “é pobre porque quer”. Os profissionais questionaram também a implicação das pessoas em todo o processo de retirada dos “barracos” e o alojamento nas “casas novas”. Foi algo pensado para a comunidade e não com a comunidade, e isso faz a diferença porque, quando realizada dessa forma, a ação interventiva reforça a lógica assistencialista e polariza a relação, colocando os membros da comunidade primeiramente em uma posição de vítimas (sem casa) e, após a ação governamental, na posição de opressores (como se estivessem “explorando” os outros colegas por meio de aluguel ou venda ou “desfazendo-se” da ação do próprio governo).

Nesse exemplo, podemos pensar que não foi levada em conta a diferença existente entre demanda e desejo: as pessoas pediram diretamente as casas novas, mas ficaram na posição de solicitar ao outro que trabalhasse para que isso fosse obtido. Podemos pensar tal posição como obedecendo à lógica do Discurso da Histórica (Lacan, 1969-1970/1992): um sujeito (\$) solicita a um outro colocado no lugar de mestre (S1) que trabalhe para produzir um saber (S2) que será convertido (*a*) em proveito do próprio sujeito<sup>7</sup>. Trata-se de uma posição

na qual a reivindicação, por mais que seja formalmente “atendida”, não cessa nunca.

Dessa forma, não cabe ao profissional orientado pela psicanálise responder à demanda (que se apresenta sob a forma de reivindicação), tentar satisfazê-la, pois esta é insatisfeita por ‘natureza’. Diferentemente, o que cabe a ele é escutar a demanda, trabalhá-la e visar o que está para mais além dela – o desejo –, tentando promover a implicação do sujeito. Uma forma aparentemente banal de fazer isso é, ao deparar-se com o “queremos casa”, por exemplo, perguntar: “por quê?... Para quê?... O que vocês imaginam que vai acontecer se vocês tiverem as casas?... A que essas casas vão servir?... Como vocês imaginam que essas casas poderão mudar a vida de vocês?...”. Dito de outro modo, essas indagações consistem em abster-se de saber o motivo pelo qual aquelas pessoas estão reivindicando as casas. Se partirmos do suposto de que isso é “óbvio”, perdemos a oportunidade de escutar o sujeito e, em uma tal perspectiva, não faz o menor sentido que o psicólogo vá à comunidade, melhor seria mandar apenas os engenheiros.

A partir do questionamento da demanda, muitas questões poderão surgir: sonhos, fantasias, substituições, contradições, entre outros. Esse é o nosso material de trabalho. Vale a pena se deter nesse material e trabalhá-lo, a fim de viabilizar que todo o trabalho posterior (que pode até culminar na construção das casas, por exemplo) não seja posto a perder. Como foi o caso do exemplo citado acima. Ninguém se preocupou em trabalhar a demanda daquela comunidade, em questioná-la, interrogá-la e, assim, implicar os sujeitos que a estavam formulando. A resposta muda desses foi ir embora.

Um outro motivo de estarmos alertando para essa diferença entre o que a comunidade solicita e o que realmente deseja é o fato de pensarmos que, levando-a em consideração, o profissional terá mais chances de favorecer que a comunidade passe por um processo de mudança de posição em relação à lógica amplamente disseminada da vitimização x opressão. Isso porque essa consiste em uma lógica dual, na qual a comunidade precisa ficar situada em um dos dois polos existentes, sem que haja a possibilidade de uma real mudança. O que fica implícito nessa lógica é que a comunidade só pode deixar de se situar em um polo (de vítima) se for para o polo oposto (opressor), o que pelas condições de divisão de classe tem pouca probabilidade de acontecer.

A consequência disto é que a comunidade fica colada à posição de vítima – pelo fato de esta posição ser a única em que ela pode existir, já que não está no polo dos opressores: fica, assim, no lugar daquela que demanda, sempre reivindicando ao outro, geralmente o opressor, que faça algo para retirá-la daquela situação, mas o que obtém como resposta é algo que, ao satisfazer tal demanda, justamente mantém o *status*

*quo* e a insatisfação. Apesar de as comunidades (bem como outros grupos sociais) serem, em alguma medida, vítimas, devido às condições de divisão de classes, consideramos que essa posição não deve ser ratificada, principalmente pelo profissional que está comprometido com uma mudança social, pois a posição de vitimização, em que o sujeito fica colado à posição de vítima impotente, à mercê da “boa vontade” de um outro que é considerado mais poderoso ou mais potente e, por isso ocupará o lugar de comando, de mestre em relação à suposta vítima, o mais das vezes paralisa as “vítimas”, inviabilizando algum engajamento ou luta por parte delas no sentido de encontrar um outro lugar social, já que impossibilitam a implicação e a retificação subjetiva e apenas reproduz e cristaliza a díade Discurso do Mestre - Discurso da Histérica.

### **Os conceitos de terceira via e de identidade coletiva como novas possibilidades para o enfrentamento da realidade social e comunitária**

Nesse sentido, é preciso alertar para o perigo das polaridades – vitimização x opressão, por exemplo – pois essas acabam reproduzindo a lógica do sistema capitalista que, tal como em um jogo de baralho no qual as cartas estão marcadas, escolhe as cartas com as quais as pessoas devem jogar. Assim, se toparmos jogar esse jogo com as condições nas quais ele nos é proposto, nossa chance de vencer será bastante remota.

Seguindo o raciocínio dessa metáfora, atualmente em nossa sociedade, nós somos os jogadores que se aventuram a iniciar uma partida de baralho contra um adversário experiente e que já conhece as cartas que possuímos na mão. Diante dessa empreitada “quixotesca”<sup>8</sup>, criamos a ilusão de que é possível jogar esse jogo proposto pelo capitalismo e, ao final, sairmos vencedores. Para não nos depararmos com a impossibilidade de tal empreitada, alimentamos um estado de torpor, no qual permanecemos com a certeza de que, com as alternativas oferecidas (as cartas já marcadas pelo sistema), somos pessoas livres, com direito à liberdade de escolha e que vivemos em uma democracia.

Em detrimento disso, é preciso que se trace um outro caminho para além das alternativas marcadas; ou, como nos diz Zizek (2003):

Devemos enfatizar que hoje a única forma de romper as restrições da mercantilização alienada é inventar uma nova coletividade. Hoje, mais do que nunca, a lição dos romances de Marguerite Duras é relevante: o meio – o único meio – de se ter uma relação pessoal (sexual) intensa e satisfatória não é o casal olhar nos olhos um do outro, esquecido do mundo em volta, mas, ainda de mãos dadas, olharem os dois juntos para

fora, para um terceiro ponto (a Causa pela qual os dois lutam, em que os dois estão engajados) (p. 105).

O que queremos destacar aqui é que a única possibilidade real de mudança sociopolítica de todo e qualquer grupo passa pelo rompimento com essa mesma lógica dual e, por isso mesmo, de cartas marcadas. Ou seja, faz-se necessário priorizar, no trabalho com comunidades, a construção de uma terceira via, ou um terceiro ponto, que escape à dualidade (vítima x opressor) referida acima.

A terceira via é “aquela na qual eu não escolho apenas entre duas ou mais opções no interior de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar o próprio conjunto de coordenadas” (Zizek, 2001, p. 121)<sup>9</sup>. Assim, não é um caminho conhecido de antemão, pelo contrário, é necessário pensá-la como uma saída inédita, singular a cada comunidade, e que possibilite a esta se situar na realidade de maneira a não ratificar o *status quo* vigente, refutando, assim, a alienação oriunda da conformação da vítima às regras ditadas pelo opressor. Porém é importante salientar que a terceira via não deve ser pensada como uma solução definitiva, mas como algo que a cada vez irá romper com a lógica dual estabelecida.

Um outro ponto a se considerar no trabalho social do profissional que atua em comunidades é o de que as pessoas que vivem em uma determinada comunidade já dispõem de saberes, conhecimentos e construtos sociais que estão colocados no cotidiano. Nenhuma comunidade pode ser considerada uma tábula rasa a ser preenchida com saberes psicológicos e acadêmicos. Nesse sentido, partimos da ideia de que a atuação do profissional junto à comunidade deve visar, a partir seja do questionamento seja da valorização de tais construtos – mas sempre os levando em consideração –, a constituição de uma outra forma de saber que permita a esta mudar de posição em relação à lógica dual do sistema.

Pois pensamos que, para que haja uma mudança de posição, é preciso que a comunidade saia do lugar daqueles que simplesmente esperam um mestre que venha salvá-los – um mestre que imponha ao grupo os construtos que considera “certos”. Portanto, a ação do psicólogo deve não ser pautada em uma mestria, mas, pelo contrário, visar propiciar, a partir dos construtos existentes nas comunidades, a construção de práticas que possibilitem esse processo no qual a comunidade possa saber lidar com as várias tensões existentes dentro do próprio grupo assim como também na sociedade – só assim é que a comunidade poderá chegar a prescindir da ação do psicólogo, posto que esta não deva ter o caráter de permanente, e caminhar com suas próprias pernas, gerindo, ela própria, seus conflitos e construindo, a cada vez, novas formas de viver e de lutar por seus direitos<sup>10</sup>.

Nessa perspectiva, pensamos ser interessante o conceito de identidade coletiva como possibilitador do surgimento de “terceiras vias”. Esse conceito de identidade coletiva, nos moldes como utilizamos aqui, é proposto por Chantal Mouffe (1999) como sendo um ponto nodal, um ponto de sutura que marca determinados significantes (construtos) existentes em um agrupamento coletivo e os torna, a partir dessa marcação, um ponto de identificação<sup>11</sup> para esse determinado grupo. Vale destacar que utilizaremos esse conceito aqui por considerarmos que, para que haja um processo de mudança social, entendido como a construção de uma terceira via, é necessário que primeiramente a comunidade inicie um processo de construção de uma identidade coletiva que seja capaz de assegurar ao grupo organizado maiores possibilidades de assumir sua história e implicar-se com ela, para, a partir daí, romper com a lógica, amplamente enfocada nesse trabalho, da vitimização x opressão.

Para que essa ideia possa ser melhor compreendida, citamos o que a própria Chantal Mouffe nos diz a esse respeito:

Ampliando a visão de Freud, Lacan mostra a pluralidade de registros – simbólico, real e imaginário – que penetra qualquer identidade e mostra também o lugar do sujeito como o lugar da falta, a qual – ainda que se apresente dentro de uma estrutura – é o lugar do vazio que, ao mesmo tempo, subverte e é a condição da constituição de toda identidade. A história do sujeito é a história de suas identificações e, portanto, não há uma identidade oculta que deva ser resgatada, mais além da última identificação. Há, portanto, um duplo movimento: por um lado, um movimento de descentramento que evita a fixação de um conjunto de posições ao redor de um ponto preconstituído. Por outro lado, e como resultado desta instabilidade essencial, se desenvolve o movimento contrário: a instituição de pontos nodais, fixações parciais que limitam o fluxo do significado por debaixo do significante. Todavia, esta dialética de instabilidade/fixação somente é possível porque a estabilidade não está dada de antemão, porque nenhum centro de subjetividade precede as identificações do sujeito (Mouffe, 1999, p. 109).

Vale destacar que os movimentos sociais são uma das formas da comunidade se organizar e se constituir em torno de uma identidade coletiva. Nesse sentido, podemos perceber que esses movimentos fazem identificações para com um significante, como por exemplo, no caso do Movimento Sem Terra (MST), o significante terra, em torno do qual se reúnem pessoas que se identificam com a causa da luta pela terra. Podemos citar outros exemplos que seguem a mesma lógica: significante moradia – Movimento Sem Teto; significante mulher – Movimento Feminista e assim por diante<sup>12</sup>.

É interessante apontar que, apesar de o termo identidade estar indissociado dos ideais e identificações,

o mais das vezes imaginários<sup>13</sup>, construídos por um grupo, ele consiste na única possibilidade de associação dos indivíduos em uma coletividade. Nessa perspectiva, Sigmund Freud já apontava a importância das identificações para a vida em sociedade. No texto “Por que a Guerra?” (Freud, 1933/1996c), ele se posicionou de forma explícita a esse respeito. Em suas palavras:

Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual... O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva aos homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala (p. 205).

Também Jacques Lacan, no final de seu ensino, no Seminário XXII, RSI, não recuou diante da identificação com o grupo. Em suas palavras: “O que desejo é a identificação com o grupo, porque é certo que os seres humanos se identificam com um grupo; quando não se identificam, estão fracassados, estão isolados. Mas, com isso, não digo a que ponto devem identificar-se” (Lacan, 1974-1975, pp. 64-65).

Além disso, para nós está claro que a noção de coletividade (e os processos identificatórios dela constituintes) é imprescindível à própria noção de política, por mais complicado (até mesmo impossível, diriam alguns) que seja formar e manter um coletivo que não se choque, em última instância, com o subjetivo<sup>14</sup>.

O conceito de identidade coletiva utilizado aqui nos remete à ideia de que nenhuma identidade pode ser fixa e imutável, pelo contrário, deve ser encarada como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (Hall, 2000, p. 112) e, portanto, é algo que, tal como o conceito de terceira via, deve ser buscado a cada vez – não podendo ser pensado como uma solução universal e atemporal.

Por fim, um último aspecto a ser destacado é que essa proposta de intervenção psicossocial, tal como esboçada aqui, visa possibilitar, ao profissional que trabalha com comunidades, a observação da comunidade como não estando desligada da própria estratégia de intervenção. Isso porque, na psicanálise lacaniana, a intervenção é em ato, ou seja, acontece no exato momento em que foi dito ou feito pelo grupo algo que permita uma quebra no sentido do que vinha sendo construído até o momento.

Assim, o ato em questão é uma intervenção “capaz de romper o ciclo de repetições e suspender a rede de diferenciais que dá forma ao nosso universo simbólico” (Safatle, 2003, p. 185), devendo ser pensado como uma

“categoria puramente negativa ... a despeito do estabelecimento (positivo) de uma ‘nova harmonia’ através da intervenção de algum Significante-Mestre novo” (Zizek, 2000, p. 159). Ou seja, à tentação de fornecer um significante ou significação última que diga o que é a comunidade e qual a “boa” posição em que esta deve ficar *ad infinitum*, a noção de ato possibilita ao profissional orientado pela psicanálise a colocação em questão justamente desses significantes e significações positivados que só permitem à comunidade uma ação repetitiva e alienada.

Nesse sentido, o conceito de ato “casa-se” com o de identidade coletiva e de terceira via: a cada vez que esta identidade esteja se transformando em algo fixo e não-dialetizável no interior de uma comunidade ou grupo político, em algo que é apropriado pela lógica dual, se impõe a necessidade de um “ato revolucionário” que os faça repensar tal posição e buscar uma “nova” terceira via – ato que pode ser posto em ação por um membro da própria comunidade ou agrupamento coletivo. Mas, para que tal movimento seja incessante, é indispensável a não-conformação da comunidade à diáde Discurso da Histórica (posição da demanda)-Discurso do Mestre (posição do que tenta satisfazer à demanda), mas, pelo contrário, a colocação do desejo como motor da engrenagem – o que, seguindo a lógica das quatro estruturas discursivas propostas por Lacan, só pode ser encontrado no Discurso do Analista (o qual não requer, necessariamente, que o agente seja um psicanalista, mas sim alguém que, suportando o lugar do vazio (*a*), relance o sujeito (\$) a buscar os significantes mestres (*S*<sub>1</sub>) da sua história, ou da história da comunidade, e, a partir da ressignificação destes, obtenha um novo saber (*S*<sub>2</sub>).

## Considerações Finais

Através deste texto, mostramos a responsabilidade que deve ter o profissional que se disponha a trabalhar com intervenções psicossociais no contexto social e comunitário. Isso porque, se desavisada, a intervenção desses profissionais pode estar pautada simplesmente no ajuste de um determinado grupo às normas do sistema capitalista, algo que percebemos na nossa prática cotidiana não ser incomum: um exemplo disso é que uma das exigências quase naturalizada na ação não só do psicólogo, mas também de outros profissionais, é que todo projeto social deve ser viável para os fins de mercado, ou seja, deve gerar renda para aquele grupo ou para a Instituição que o organiza. Na lógica capitalista, se um profissional monta projetos sociais com a intenção de que a comunidade ganhe dinheiro com a venda de seus artesanatos, sua cultura, objetos sagrados, entre outros, é porque visa que o grupo se autossustente e, portanto, são merecedores do dinheiro das empresas e do próprio governo.

Não pretendemos defender a ideia de que a geração de renda não seja importante para uma comunidade, porém, para um psicólogo social, existem outros pontos fundamentais que devem ser considerados, como, por exemplo, a possibilidade de uma compreensão coletiva da realidade da comunidade e a consequente constituição de laços que permitam o enfrentamento e a mudança da mesma, pois esses são valores importantes que não devem ser comercializados ou banalizados por consumidores e turistas desavisados. Em primeiro lugar deve estar a defesa da integridade humana e, por isso, o apoio financeiro a ser conseguido deve ser pensado como sendo para legitimar esta causa, e não para desvirtuá-la.

Essa afirmação pode parecer demasiada utópica, porém entendemos que o psicólogo social pode auxiliar mais a sociedade se apontar para as relações que causam sofrimento e injustiça e destacar, de maneira fundamentada, a importância da manutenção de relações psicossociais que respeitem as diferenças e que preservem a vida humana, possibilitando a construção de uma sociedade mais justa.

Como pudemos verificar, estamos defendendo neste artigo propostas de como realizar um processo de intervenção que alunos e profissionais possam utilizar em sua prática. Deixamos claro que não se tratam de procedimentos a serem aplicados mecanicamente, muito pelo contrário, pois essa proposta pretende ser praxica, ou seja, visa à interação entre teoria e prática. Nesse sentido, o que propomos são meios para ajudar os profissionais, alunos e pesquisadores que atuam no social a coletar seus dados, embasar teórico-metodologicamente a sua intervenção e, assim, auxiliar no desencadeamento de um processo de mudança sociopolítica na comunidade – pois achamos que boa parte das práticas existentes ainda obedece à lógica das cartas marcadas. Entretanto, salientamos que este texto não pretende ser a única palavra em práticas interventivas, mas sim o início de uma práxis que conta com a colaboração de cada profissional que aceitar esse desafio de pensar a prática.

Dito isso, um outro aspecto a se salientar é que, com o desenvolvimento do trabalho, os profissionais terão a possibilidade de ampliar esta proposta ou até desenvolver outros itens que melhor respondam à realidade da comunidade em que estão atuando, pois toda proposta deste tipo exige cuidado e reflexão por parte do profissional para reconhecer a peculiaridade de cada comunidade e assim não enquadrá-la em modelos preexistentes. Isso porque a ação do profissional não deve ser pensada para a comunidade, mas com a comunidade, assim ambos poderão construir conjuntamente estratégias de ação.

Justamente por isso, o que propomos é que o profissional, a partir do que foi observado na comunidade, possa sistematizar os dados e destacar, diante dos vários

aspectos, os elementos que considerar primordiais para o estabelecimento de um processo de mudança social. A título de exemplificação, iremos sugerir alguns que se afinam com a proposta que viemos desenvolvendo até aqui; são eles: quais as demandas encontradas e a implicação do grupo com elas?, quais as práticas coletivas que devem ser fortalecidas? Por quê?, quais os caminhos possíveis para o rompimento da lógica vitimização x opressão?, quais os pontos de fixações parciais percebidos com a comunidade?...

Posteriormente a essa reflexão, cabe a nós, psicólogos, tendo em vista o que foi observado e as intervenções em ato feitas por ele próprio, elaborar, juntamente com a comunidade, uma vez que esta esteja implicada com um processo de mudança de posição (vítima x opressor), novas estratégias de organização e reivindicação que rompam com a lógica estabelecida. Eis o que concebemos como o papel do profissional engajado e comprometido com o contexto social e comunitário no qual atua!

## Notas

- <sup>1</sup> Como exemplo de tal fato, vale destacar o desenvolvimento da metodologia de pesquisa chamada Pesquisa-ação ou pesquisação que prevê, em sua estrutura, a ação direta do psicólogo na comunidade, e o relato reflexivo de sua ação pode se tornar sua pesquisa.
- <sup>2</sup> Destacamos que esse texto cita muitas vezes o psicólogo social, visto ser desse lugar que partimos, todavia, queremos que todos os profissionais que atuam em comunidades e instituições se sintam participantes e possam vir a pensar sobre (e contribuir com) essa proposta.
- <sup>3</sup> Não queremos defender aqui que o profissional que atua em comunidades deve desconsiderar a materialidade da realidade social com a qual se depara (miséria, más condições de vida, falta de geração de renda etc.), mas sim que, estando ciente de tal realidade, propicie à comunidade uma nova forma de se posicionar frente a ela. Afinal de contas, um grau considerável de materialidade faz parte da vida de todas as pessoas (ou, dito de outro modo, um grau considerável da vida das pessoas faz parte da materialidade), e os psicólogos devem estar preparados para lidar com ela nos diferentes contextos: comunidades, hospitais, empresas e até mesmo na clínica.
- <sup>4</sup> Lacan sempre grafou “Demanda” com “D” e “desejo” com “d” para diferenciar esses dois conceitos nas fórmulas e grafos dos quais se utiliza na composição da teoria psicanalítica.
- <sup>5</sup> É importante salientarmos aqui que estamos fazendo uso dos conceitos de “enunciado” e “enunciação” tal como concebidos pela psicanálise. Dessa forma, tal uso difere do uso feito pela linguística e pela filosofia, em especial, pelo filósofo inglês John Austin (1970).
- <sup>6</sup> Por “sujeito moderno”, estamos nos referindo à concepção de sujeito cartesiano, um sujeito que pensa racionalmente e que existe em decorrência desse pensamento racional. O sujeito lacaniano, por sua vez, apesar de também ser um sujeito de pensamento, é um o sujeito do pensamento inconsciente (não-racional). O pensamento inconsciente se diferencia do consciente por obedecer a uma outra lógica: na lógica

inconsciente, há união de elementos aparentemente opostos, a noção de tempo não é cronológica e os motivos são sempre passionais.

- <sup>7</sup> A lógica dos quatro Discursos, tal qual sistematizada por Lacan (1969-1970/1992), implica uma estrutura de quatro lugares e quatro termos que circulam nesses lugares (circulação que sempre se dá em sentido horário). Os termos são: \$ (sujeito), S1 (significante primeiro ou significante mestre), S2 (saber produzido a partir do S1) e *a* (mais de gozar que, em alusão ao conceito de mais-valia Marxista, consiste em um gozo não contabilizado, um mais de gozo que não entra na conta do sujeito). No Discurso do Mestre, quem está na posição de comando é o S1, o significante mestre que, sendo mestre, comanda a seu subordinado S2 que trabalhe para produzir um saber, trabalho esse que produzirá um mais de gozo (*a*) que não será contabilizado como trabalho de S2 e será aproveitado por S1, mas o que fica velado, e que constitui a verdade do mestre enquanto sujeito (\$), é que não só S2 (escravo) é subordinado a S1 (mestre) como também S1 (mestre) precisa de S2 (escravo), precisa que S2 continue a trabalhar, para que a engrenagem continue a funcionar. Por sua vez, no Discurso da Histórica, quem está na posição de comando é \$ (sujeito), que solicita a um outro colocado no lugar de mestre (S1) que trabalhe para produzir um saber (S2) que será convertido (*a*) em proveito do próprio sujeito – ganho subjetivo esse que não é contabilizado. Pela diáde Discurso do Mestre – Discurso da Histórica, o que acontece é justamente que a engrenagem continua a funcionar porque tanto o mestre quanto o seu subordinado ganham alguma coisa com isso: o mestre, enquanto opressor, é mandatário da sua suposta vítima, mas, por sua vez, a suposta vítima tem um ganho secundário ao obedecer ao mestre, porque se desresponsabiliza de ter que pensar, de ter que agir por conta própria, só precisa obedecer ao comando do mestre opressor. Assim sendo, a condição de opressão só faz se perpetuar.
- <sup>8</sup> Referência ao personagem Dom Quixote, da obra de Miguel de Cervantes, que, diante dos moinhos de vento que se pareciam com dragões monstruosos, desfilava murros na ilusão de que estes poderiam atingi-los.
- <sup>9</sup> Um exemplo fornecido pelo próprio Zizek de como mudar um conjunto de coordenadas previamente dadas é, ao ser colocado diante do dilema ‘bombardear ou não bombardear a Sérvia’ no conflito de 1995, afirmar: “como alguém de esquerda, minha resposta ao dilema ‘bombardear ou não?’ é: as bombas não são suficientes, e elas vêm muito tarde” (Zizek, 2005, p. 70).
- <sup>10</sup> Esse é um ponto importante a ser salientado, porque vai na contramão do trabalho de alguns profissionais que intervêm de forma a fazer com que as pessoas fiquem dependentes de seu trabalho e de suas ações e, assim, não ajudam a comunidade a implicar-se e responsabilizar-se com a construção de sua própria história.
- <sup>11</sup> Vale destacar que o processo de identificação, tal como concebido pela psicanálise, não se atém à configuração de uma identidade (singular ou coletiva). Porém, tendo em vista que os seres humanos, especialmente na contemporaneidade, não conseguem prescindir completamente de uma “ilusão” identitária e o mais das vezes se fixam em uma representação que têm de si (por mais que esta não passe de uma ficção ou fantasia), faz-se importante pensar que a lógica subjacente às organizações sociais requer também algum suporte identitário que só pode se consolidar através dos processos identificatórios com o grupo. Tais identidades, que se constituem tanto no eu como nos grupos, têm caráter profundamente

ilusório, mas são estruturantes tanto para o sujeito como para as comunidades. Mas é importante que o sujeito não se fixe demasiadamente a tais ficções – para não ficar imóvel em razão de estar assujeitado por elas.

- <sup>12</sup> Para maior aprofundamento, ver: Lara Junior e Prado (2003).
- <sup>13</sup> A relação entre os ideais e as identificações com os aspectos imaginários do psiquismo humano está muito claramente delineada no texto Freudiano “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921/1996a).
- <sup>14</sup> Tal impossibilidade já foi minuciosamente explicada por Freud em seu texto “O mal-estar na civilização” (1930/1996b).

## Referências bibliográficas

- Achcar, R., Silva, R. C. da, Maluf, M. R., Nunes, M. L. T., Zanelli, J. C., Bomfim, E. de M., Bastos, A. V., Lo Bianco, A. C., & Duran, A. P. (2001). *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2003). *Psicología Social. Perspectivas psicológicas y sociológicas*. Madrid: Mc Graw Hill.
- Austin, J. (1970). *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil.
- Bernardes, A. (2003). *Tratar o impossível: a função da fala na psicanálise*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Figueiredo, L. C. (1998). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (1994). Práticas en comunidad y psicología comunitaria. In M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria. Teoría, método y experiencia* (pp. 139-166). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Freud, S. (1996a). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 28, pp. 191-208). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996b). O mal-estar na civilização. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 21, pp. 67-153). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (1996c). Por que a Guerra? In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 21, pp. 191-208). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933).
- Hall, S. (2000). Quem precisa de identidade? In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença - A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-33). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1974-1975). *O Seminário, Livro 22: RSI*. Edição não comercial.
- Lara Junior, N. & Prado, M. A. M. (2003, dezembro). A mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil: um enfoque psicossociológico. *Revista Eletrônica de Psicologia Política*, 1(4). Acesso em 26 de junho, 2004, em [http://www.psicopol.unsl.edu.ar/notas/diciembre\\_notas3.html](http://www.psicopol.unsl.edu.ar/notas/diciembre_notas3.html)
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo. Conceptos y Procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Mouffe, C. (1999). *El retorno del político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós.
- Quinet, A. (2000). *A descoberta do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.



- Reboredo, L. A. (1983). *A transformação de um bairro operário numa comunidade: um estudo da psicologia social do cotidiano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Rodríguez, M. A. (1997). *Corrientes teóricas en psicología social. Desde la psicología social experimental hasta el movimiento construccionista*. Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Saavedra, M. C. (2002). *Dom Quixote de la Mancha*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1794).
- Safatle, V. (2003). Posfácio. In S. Zizek, *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas* (pp. 179-191). São Paulo: Boitempo.
- Zizek, S. (2000). *The ticklish subject*. London: Verso.
- Zizek, S. (2001). *On belief*. London: Routledge.
- Zizek, S. (2003). *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo.
- Zizek, S. (2005). Multiculturalismo ou a lógica cultural do capitalismo nacional. In C. Dunker & J. L. A. Prado (Orgs.) *Zizek Crítico. Política e Psicanálise na era do Multiculturalismo* (pp. 11-45). São Paulo: Hacker.

*Nadir Lara Junior* é Graduado em Psicologia pela Universidade São Marcos/SP. Mestre e Doutorando em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CNPq. Endereço para correspondência: Rua Alexandre Levi, 202 apto 72 A - Cambuci CEP 01520-000 - São Paulo - SP. Email: nadirlj@hotmail.com

*Cynara Teixeira Ribeiro* é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestranda em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CNPq. Endereço para correspondência: Rua Raimundo Chaves, 1652, 2QB. Candelária. Natal/RN CEP 59064-390. Email: cynara\_ribeiro@yahoo.com.br

#### **Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise**

Nadir Lara Junior e Cynara Teixeira Ribeiro

Recebido: 13/12/2007

1ª. Revisão: 23/06/2008

Aceite final: 29/06/2008